

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

**Logística Ambiental de São Paulo S.A. – Loga**

São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Logística Ambiental de São Paulo S.A – Loga (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de maio de 2023.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Wallace', is written over the text of the auditor's name and registration number.

Wallace Weberling Pereira  
Contador CRC SP-230870/O

**Demonstrações Financeiras  
Logística Ambiental de São Paulo S.A -  
Loga**

31 de dezembro de 2022 e 2021  
com Relatório do Auditor Independente

## **Logística Ambiental de São Paulo S.A. – Loga**

### Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

### Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial .....	4
Demonstração dos resultados.....	5
Demonstração dos resultados abrangentes .....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	7
Demonstração dos fluxos de caixa .....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	9

**Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga****Balanco Patrimonial**

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
	Explicativa				Explicativa		
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	10	73.093	66.059	Fornecedores	17	46.213	45.457
Títulos e valores mobiliários		279	312	Empréstimos e financiamentos	19	23.951	17.459
Contas a receber de clientes	11	87.890	65.383	Passivo de arrendamento	20	10.067	9.215
Ativos financeiros de concessão		5.824	5.824	Salários, benefícios e encargos sociais	21	30.769	29.571
Estoques		5.796	6.902	Impostos, taxas e contribuições	22	19.058	15.859
Impostos a recuperar	12	5.028	6.021	Dividendos a pagar		16.414	19.850
Outras contas a receber		2.741	2.464	Adiantamentos de clientes		-	70
Adiantamento a fornecedores		631	631	Outras contas a pagar		4.464	4.167
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>181.282</b>	<b>153.596</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>150.936</b>	<b>141.648</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Realizável a longo prazo:</b>				Fornecedores	17	-	8.231
Contas a receber de clientes	11	55	10.489	Empréstimos e financiamentos	19	34.779	47.612
Ativo financeiro de concessão		9.927	15.462	Passivo de arrendamento	20	6.554	15.153
Ativo fiscal diferido	14	689	1.805	Provisões	23	17.368	10.619
Outras contas a receber		-	1.021	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>58.701</b>	<b>81.615</b>
Depósitos judiciais	13	21.792	15.254				
		<b>32.463</b>	<b>44.031</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Imobilizado	15	105.402	103.118	Capital social	25	60.650	60.650
Direito de uso - Arrendamento	16	15.178	22.912	Capital social a integralizar		(12.478)	(16.241)
Intangível		985	1.280	Reservas de lucros		77.527	57.171
		<b>121.565</b>	<b>127.310</b>	Outros resultados abrangentes		(26)	94
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>154.028</b>	<b>171.341</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>125.673</b>	<b>101.674</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>335.310</b>	<b>324.937</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>335.310</b>	<b>324.937</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga**  
 Demonstração dos Resultados  
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Nota Explicativa</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	26	<b>683.220</b>	<b>579.884</b>
Custo dos serviços prestados	27	(499.607)	(430.350)
<b>Lucro bruto</b>		<b>183.613</b>	<b>149.534</b>
<b>Receitas e despesas operacionais</b>			
Despesas comerciais	28	(3.758)	(3.546)
Despesas administrativas	29	(27.420)	(25.245)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	(5.780)	(2.783)
<b>Receitas e despesas operacionais líquidas</b>		<b>(36.958)</b>	<b>(31.574)</b>
<b>Lucro antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>146.655</b>	<b>117.960</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras</b>			
Receitas financeiras	31	16.606	2.560
Despesas financeiras	31	(10.746)	(7.715)
<b>Receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>		<b>5.860</b>	<b>(5.155)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>152.515</b>	<b>112.805</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Corrente	14	(49.443)	(37.184)
Diferido	14	(1.116)	(363)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>101.956</b>	<b>75.258</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga**  
Demonstração dos Resultados Abrangentes  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Lucro líquido do exercício	101.956	75.258
Ganho (perda) na remensuração do passivo de benefício definido	(120)	94
<b>Total do resultado abrangente da Companhia</b>	<b>101.836</b>	<b>75.352</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga**  
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Reserva de lucros</u>					Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
	Capital Social Subscrito	Capital Social A Integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>60.650</b>	<b>(26.393)</b>	<b>5.412</b>	<b>33.843</b>	-	-	<b>73.512</b>
Integralização de capital com reservas	-	10.152	(5.412)	(4.740)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	75.258	-	75.258
Reserva de lucros	-	-	-	54.861	(54.861)	-	-
Reserva legal	-	-	3.763	-	(3.763)	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(30.556)	-	-	(30.556)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(16.634)	-	(16.634)
Ganho na remensuração do passivo do benefício definido	-	-	-	-	-	94	94
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>60.650</b>	<b>(16.241)</b>	<b>3.763</b>	<b>53.408</b>	-	<b>94</b>	<b>101.674</b>
Integralização de capital com reservas	-	3.763	(3.763)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	101.956	-	101.956
Reserva de lucros	-	-	-	72.643	(72.643)	-	-
Reserva legal	-	-	5.098	-	(5.098)	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(24.215)	-	(24.215)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(53.622)	-	-	(53.622)
Perda na remensuração do passivo do benefício definido	-	-	-	-	-	(120)	(120)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>60.650</b>	<b>(12.478)</b>	<b>5.098</b>	<b>72.429</b>	-	<b>(26)</b>	<b>125.673</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Logística Ambiental de São Paulo S.A – Loga**  
 Demonstração dos fluxos de caixa  
 Para exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>101.956</b>	<b>75.258</b>
<b>Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:</b>		
Depreciações, amortizações e ativo do direito de uso	28.766	26.713
Baixa de imobilizado e intangível	(8.058)	(3)
Encargos financeiros sobre financiamentos, empréstimos, debentures e arrendamento	9.734	7.190
Provisão para obrigações contratuais futuras	494	(64)
Reversão de ativo financeiro de concessão	5.535	6.466
Provisão para crédito liquidação duvidosa	-	(2)
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	-	2
Provisão para contingências	5.853	3.063
Provisão de imposto de renda e contribuição social	49.443	37.184
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.116	363
<b>Aumento / Redução nos ativos operacionais</b>		
Títulos e valores mobiliários	33	(12)
Contas a receber de clientes	(12.054)	(6.248)
Partes relacionadas	(19)	284
Impostos a recuperar	993	10.525
Estoques	1.106	(2.084)
Outras contas a receber	744	(1.463)
Adiantamento a fornecedores	-	67
Depósitos judiciais	(1.553)	176
<b>Aumento / Redução nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	(10.835)	4.304
Partes relacionadas	3.360	5.531
Salários benefícios e encargos sociais	1.198	6.623
Impostos taxas e contribuições	(7.729)	(11.125)
Pagamento de contingências e indenizações	(4.583)	(2.634)
Adiantamento de clientes	(70)	-
Outras contas a pagar	177	640
<b>Caixa proveniente das operações</b>	<b>165.607</b>	<b>160.754</b>
Pagamento de impostos sobre o lucro	(38.515)	(30.738)
Debentures - juros pagos	-	(478)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(4.150)	(3.640)
Passivo de arrendamento - juros pagos	(1.716)	(2.590)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>121.226</b>	<b>123.308</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de ativo imobilizado	(21.033)	(37.721)
Aquisição de intangível	-	(295)
Venda de ativo imobilizado	8.065	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(12.968)</b>	<b>(38.016)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Debentures – pagamento de principal	-	(12.500)
Empréstimos e financiamentos – captação	7.941	27.180
Empréstimos e financiamentos – pagamento de principal	(18.151)	(14.685)
Passivos de arrendamento – pagamento de principal	(9.741)	(9.689)
Dividendos pagos	(81.273)	(48.953)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(101.224)</b>	<b>(58.647)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.034</b>	<b>26.645</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	66.059	39.414
No final do exercício	73.093	66.059
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.034</b>	<b>26.645</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **1 Contexto operacional**

A Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga ("Companhia" ou "Loga"), situada à Avenida Marechal Mario Guedes, 221- Jaguaré - Município de São Paulo - SP, é concessionária pública dos serviços divisíveis de limpeza urbana do setor denominado noroeste na cidade de São Paulo, em conformidade com o contrato nº 027/SSO/2004, firmado em 6 de outubro de 2004, com duração de 20 anos prorrogáveis por até 20 anos adicionais à critério do Poder Concedente, o qual foi iniciado em 13 de outubro de 2004.

A Loga é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como acionistas a controladora Revita Engenharia S.A. ("Revita"), detentora de 62,347% das ações, a Latte Participações Ltda., detentora de 34% das ações e a Latte Saneamento de Participações S.A., detentora de 3,653% das ações. A controladora final da Revita é a Solví Participações S.A.

A Revita é acionista da Companhia desde 03 de novembro de 2021, em decorrência da incorporação da antiga acionista da Companhia, a Vega Valorização de Resíduos S.A. ("VVR"), que era acionista da Companhia desde 3 de outubro de 2011, quando a sua então controladora, Vega Engenharia Ambiental S.A. realizou uma cisão parcial de seu acervo líquido viabilizando a transferência da totalidade do investimento por ela detido na Loga, bem como de determinados passivos e ativos, para a VVR, Companhia constituída pelo Grupo Solví com objetivo específico de participar do capital de outras Companhias.

Esta última Incorporação foi previamente anuída e aprovada pela Autoridade Municipal de Limpeza Urbana – AMLURB no âmbito do contrato de concessão nº 027/SSO/04, conforme publicação de 14 de setembro de 2021. no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, PROCESSO Nº 8310.2017/0000325-6, por considerar que não houve alteração da cadeia de controle final.

O Grupo LATTE é acionista da companhia desde 12 de dezembro de 2018 quando se concretizou a transferência das ações da Estre Ambiental S.A. à Latte Saneamento e Participações S.A., bem como, em 18 de janeiro de 2019 houve a alteração da denominação da companhia Estre Coleta Holding S.A. para Latte Coleta Holding S.A.. Posteriormente em 21/09/2020 a Latte Coleta transferiu suas ações para a Latte Participações Ltda. Conforme requerido pelo Contrato de Concessão, a alteração foi devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo – SP (Poder Concedente).

#### **Reequilíbrio quinzenal**

A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão é dever da Administração Pública, antes mesmo de ser direito do contratado. Justifica-se, como princípio, pelo fato de revelar-se vantajosa para a Administração Pública, no reconhecimento de que contratos bem equilibrados tendem a atingir melhor a finalidade a que se destinam. Além de favorecer ao princípio da modicidade tarifária, uma vez que a garantia de equilíbrio propicia tarifas livres de majorações por riscos não contingenciados.

De acordo com o contrato de concessão, a SP Regula (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo)<sup>1</sup> procederá uma revisão ordinária das tarifas praticadas e de sua fidelidade à equação econômico-financeira inicial do contrato a cada 5 (cinco) anos da concessão, durante a qual a concessionária e a SP Regula poderão evocar todos os eventos que considerar determinantes de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

---

<sup>1</sup> Conforme a Lei nº 17.433, de 29 de julho de 2020, e o Decreto nº 60.941, de 23 de dezembro de 2021, Fica extinta a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana – AMLURB, criada pela Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, e é criada a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo – SP Regula, ficando atribuída à SP Regula a regulação e a fiscalização dos serviços de limpeza urbana previstos na Lei nº 13.478, de 2002 que sejam passíveis de delegação a particulares por meio de concessão, permissão ou autorização. Ficando ainda determinada a sub-rogação da SP Regula na posição contratual ocupada pela AMLURB nos instrumentos de delegação de serviços públicos.

**Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga**  
Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Em 26 de dezembro de 2012, foi concluído o primeiro reequilíbrio ordinário quinquenal referente ao período de 2004 a 2009. Entretanto, vale ressaltar que o contrato foi apenas parcialmente reequilibrado, pois conforme descrito no próprio Termo de Compromisso Ambiental ("TCA") assinado, o Poder Concedente reconheceu alguns eventos ocorridos entre os anos de 2010 a 2012 como fatores de desequilíbrio da relação contratual, porém, não aplicou o devido ajuste tarifário. Além disso, ficou pendente de avaliação o item de atualização do fator de redução de custos operacionais, instituído de forma provisória em 2007 e com impacto em todos os anos da Concessão. Ele foi calculado com base nos custos ocorridos no 1º ano do contrato, não refletindo, portanto, a realidade dos anos posteriores. Estes pontos estão sendo tratados no processo de reequilíbrio ordinário atualmente em andamento, que envolve o segundo e terceiro quinquênios, com trabalho de análise pela SP Regula ainda em curso e sem definição de prazo para conclusão. Por fim, no Termo de Compromisso Ambiental assinado em 2012, também foi reconhecido que por advir de decisões de competência de diferentes Secretarias Municipais, a dívida da Municipalidade para com a Companhia em razão de terceirização imprevista de aterro, por ela procedida por conta da ausência da disponibilização da área a ser desapropriada pelo Poder Concedente para implantação e operação do novo aterro sanitário municipal, deverá ser apurada apartada do documento assinado, por Comissão instituída pelo Poder Concedente. Neste momento, serão observados: deslizamento do investimento e operação do novo aterro sanitário, incluindo o deslizamento do investimento da estação de tratamento de efluentes do novo aterro sanitário e a terceirização de aterro a partir do 7º ano (2011) da Concessão até não mais o final do 11º ano (2015) conforme consta no TCA 2012, mas em período ainda a ser avaliado pelo Poder Concedente, visto que já está em curso o 18º ano (2021/2022) de contrato e até o momento não houve definição quanto à disponibilização do terreno para a implantação. É relevante ressaltar que esta Comissão foi criada em 2014 com prazo para conclusão dos trabalhos em 25 de outubro do mesmo ano, não havendo qualquer pronunciamento ou deliberação sobre o tema. O assunto está sendo discutido no âmbito do processo de reequilíbrio contratual em curso.

Neste contexto, como as obrigações contratuais ainda serão tratadas e redefinidas, não foi efetuada neste exercício uma provisão para investimentos futuros.

As obrigações relevantes da operação, em especial o custo com tratamento e destinação de resíduos, possuem prazos de pagamento atrelados aos recebimentos da Prefeitura do Município de São Paulo. A Companhia não identificou a necessidade de buscar o reperfilamento de suas dívidas, uma vez que os fluxos de caixa futuro demonstram capacidade de liquidação de suas obrigações.

### **1.1 Efeitos do COVID-19**

A Companhia atravessou os meses transcorridos desde o início da pandemia do Covid-19 sem alterações relevantes em suas receitas, resultados e geração de caixa o que decorre do caráter de essencialidade de suas atividades, sendo assim, não existem riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações.

### **2 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de maio de 2023.

## **Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### **a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

**Nota explicativa 15 – Imobilizado – estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação**

#### **b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**Nota explicativa 14 – Ativo fiscal diferido: reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra as diferenças temporárias;**

**Nota explicativa 15 – Imobilizado: teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;**

**Nota explicativa 23 - Reconhecimento e mensuração de provisões para riscos e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.**

### **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que mensurados pelo valor justo.

### **6 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas subsequentes:

- (a) Instrumentos financeiros
- (b) Receita de contrato com cliente
- (c) Receitas financeiras e despesas financeiras
- (d) Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)
- (e) Imobilizado
- (f) Contratos de concessão

**Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga**  
Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- (g) Provisões
- (h) Benefícios a empregados
- (i) Imposto de renda e contribuição social
- (j) Distribuição de dividendos
- (k) Arrendamento

**a. Instrumentos financeiros**

**ii. Reconhecimento e mensuração inicial**

Os ativos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um ativo a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um ativo a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**iii. Classificação e mensuração subsequente**

**Instrumentos Financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

## **Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### ***Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros***

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

## Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

### **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio**

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

#### **iv. Desreconhecimento Ativos financeiros**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

#### **Passivos financeiros**

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados se os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

**Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga**  
Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**v. Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**vi. Capital social**

**Ações ordinárias**

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

**b. Receita de contrato com cliente**

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

**Receita de serviços prestados - Resíduos**

• **Manejo e destinação de resíduos**

Tipo de receitas		Descrição	
Receita de prestação de serviços	Resíduos - A receita relacionada à prestação de serviços de limpeza pública, coleta, tratamento e destinação final de resíduos públicos são reconhecidas com base no contrato de concessão firmado entre Loga e PMSP. A receita a ser auferida pela Loga é fixa independentemente do quantitativo coletado e destinado.	Coleta Pública	A receita proveniente da prestação dos serviços de coleta são decorrentes de: coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos (RSU) e de resíduos de serviços de saúde (RSS) oriundos da região noroeste de São Paulo. A receita a ser reconhecida já está contemplada dentro da tarifa paga mensalmente pela PMSP.
		Tratamento e Destinação final de resíduos	As obrigações de desempenho inerentes aos serviços de tratamento e destinação final de resíduos estão previstas no contrato de concessão e o reconhecimento da receita está contemplado dentro da tarifa paga pela PMSP.

**C. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos e receita de juros sobre ativos financeiros.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e descontos concedidos.

A receita de juros e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

**d. Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)**

**i) Ativos financeiros não-derivativos**

*Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

*Mensuração das perdas de crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

## **Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### *Ativos financeiros com problemas de recuperação*

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problema de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

### *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação a clientes, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

### **ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

## **e. Imobilizado**

### **(i) Reconhecimento e mensuração**

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, menos a depreciação acumulada e provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

### **(ii) Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

**Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga**  
Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, ou de forma sistemática ao longo do contrato de concessão, dos dois o menor. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas estão apresentadas na nota explicativa nº15.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**(iv) Custos de empréstimos**

Custos de empréstimos são capitalizados quando são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, ao qual juros e outros encargos são contabilizados como custo do ativo em consonância com o CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos.

A Companhia deve cessar a capitalização quando substancialmente todas as atividades necessárias ao preparo do ativo estiverem concluídas.

**f. Contratos de concessão**

**(i) Características do contrato de concessão**

Os bens vinculados à concessão serão reversíveis ao poder Concedente no encerramento do contrato de concessão.

Quando o Poder Concedente tiver uma obrigação de pagamento para somente parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo Concedente e o excesso que não é garantido pelo Concedente é reconhecido como ativo intangível (“modelo bifurcado”).

O valor amortizável dos bens vinculados à concessão é apropriado de forma sistemática ao longo do contrato de concessão ou de sua vida útil estimada, dos dois o menor.

O enquadramento dos bens vinculados a concessão requer inicialmente uma análise das características comuns aos contratos de concessão:

- contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao concessionário;
- a parte que concede o contrato de prestação de serviço (concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegado o serviço;
- o concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente em nome do concedente;
- o contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência;
- o concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador.

A infraestrutura usada pela Companhia sujeita ao contrato de concessão é controlada pelo Poder Concedente, conforme previsto no IFRIC 12 (ICPC 01 (R1)), quando:

- O concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço; e
- O concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão.

O concessionário possui o direito de receber remuneração sobre a construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo:

- Um ativo financeiro quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Neste caso, o Poder Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei; e
- Um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

**g. Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

***Provisão para riscos cíveis e trabalhistas***

Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante.

**h. Benefícios a empregados**

**(i) *Previdência privada***

Aos empregados que aderiram ao plano, a Companhia provê um plano de previdência privada. Trata-se de um plano multipatrocinado, na modalidade de contribuição definida, que conta também com contribuições dos beneficiários.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.

**(ii) *Participação nos lucros***

A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores (que também são empregados) com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

**(iii) *Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**(iv) *Assistência médica***

A Companhia mantém um plano de assistência médica como benefício pós-emprego para os funcionários e seus dependentes legais, cuja lei 9.656/98 estabelece regras sobre os planos e

seguros privados de assistência médica. Para a continuidade da cobertura do plano pelo colaborador com vínculo empregatício, que contribuiu ao plano por um período também estabelecido na lei, podendo permanecer com o benefício pós-emprego, desde que assuma integralmente suas contribuições (incluindo da parte da empresa), quando do seu desligamento por demissão sem justa causa. O direito ao benefício vitalício é condicionado à permanência do colaborador no emprego até a idade da aposentadoria, e que tenha

**Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga**  
Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

contribuído para o plano coletivo de assistência médica nas modalidades do plano vigente à época por mais de dez anos. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados. Em ambos os tipos de benefícios (Aposentadoria ou Desligamento Sem Justa Causa), os custos são integralmente arcados pelos ex-empregados.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

**i. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(i) Imposto corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

**(ii) Imposto diferido**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

**j. Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima da distribuição mínima obrigatória somente é provisionado na data que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral conforme informado na nota explicativa nº 25.

**k. Arrendamento**

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

**(i) Como arrendatário**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado.

**7 Novas normas e interpretações**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

**IFRS 17 - Contratos de seguro**

A IFRS 17 e CPC 50 é uma norma aplicável a seguradoras e vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. Essa norma não se aplica à Companhia.

**Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)**

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem (i) o que significa um direito de postergar a liquidação, (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório, (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação, (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

**Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia.

**Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

Atualmente, a Companhia está avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

**Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)**

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

## **8 Instrumentos financeiros**

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo da Companhia e não para investimento ou outros fins.

## Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Gerenciamento dos riscos financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos em 2022 e 2021.

### Estrutura de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

#### a. Risco de mercado

##### Risco de câmbio

As operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial.

##### Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de empréstimos e financiamentos e debêntures. As captações são efetivadas majoritariamente com taxas de juros baseadas em cestas de índices pós fixados e spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a

administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

Exposição Patrimonial	Exposição em R\$	Taxa de juros média - Efetiva em 31/12/2022	Cenário				
			CDI	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)
Caixa e equivalentes de caixa	73.093	9,25%	79.854	1.690	3.381	(1.690)	(3.381)
Empréstimos e financiamentos	58.730	13,65%	66.747	2.004	4.008	(2.004)	(4.008)
Títulos e valores mobiliários	279	9,25%	305	6	13	(6)	(13)
<b>Efeito no resultado</b>			<b>146.906</b>	<b>3.700</b>	<b>7.402</b>	<b>(3.700)</b>	<b>(7.402)</b>

  

Exposição Patrimonial	Exposição em R\$	Taxa de juros média - Efetiva em 31/ 12/ 2021	Cenário				
			CDI	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)
Empréstimos e financiamentos	65.071	6,96%	69.598	1.132	2.264	(1.132)	(2.264)
<b>Efeito no resultado</b>			<b>69.598</b>	<b>1.132</b>	<b>2.264</b>	<b>(1.132)</b>	<b>(2.264)</b>

Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices (TJLP, SELIC, CDI), aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e debêntures.

A Companhia monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida.

**Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Risco de preços**

Os valores das tarifas dos serviços prestados são reajustados de acordo com índices definidos no Contrato de Concessão, considerando a variação na estrutura de custos e de mercado da Companhia, nas características dos sistemas e serviços concedidos e em eventuais estímulos à eficiência e à modicidade das tarifas. As tarifas de acordo com o contrato de concessão devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

**Risco de contrato de concessão**

O risco de contrato de concessão está atrelado diretamente ao não cumprimento das obrigações definidas em cláusulas contratuais, bem como os direitos serem garantidos pelo Poder Concedente.

**b. Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	10	73.093	66.059
Títulos e valores mobiliários		279	312
Contas a receber de clientes	11	87.926	75.872
Ativo financeiro de concessão		15.751	21.286
Outras contas a receber		2.741	3.485
		<b>179.790</b>	<b>167.014</b>

Para mitigar o risco de possibilidade de a Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

**c. Risco de liquidez**

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras, financiamento doméstico e debêntures. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, que compreendem o período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2022	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	PCLD	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	73.093	-	-	-	-	-	-	-	73.093
Títulos e valores mobiliários	279	-	-	-	-	-	-	-	279
Contas a receber de clientes	87.871	-	-	-	-	-	55	-	87.926
Ativo financeiro de concessão	5.824	-	-	-	-	-	9.927	-	15.751
Outras contas a receber	2.741	-	-	-	-	-	-	-	2.741
	<b>169.808</b>	-	-	-	-	-	<b>9.982</b>	-	<b>179.790</b>

  

Em 31 de dezembro de 2021	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	PCLD	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	66.059	-	-	-	-	-	-	-	66.059
Títulos e valores mobiliários	312	-	-	-	-	-	-	-	312
Contas a receber de clientes	65.383	-	-	-	-	-	10.489	-	75.872
Ativo financeiro de concessão	5.824	-	-	-	-	-	15.462	-	21.286
Outras contas a receber	2.464	-	-	-	-	-	1.021	-	3.485
	<b>140.042</b>	-	-	-	-	-	<b>26.972</b>	-	<b>167.014</b>

## Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Adicionalmente, conforme estabelecido em contrato de debêntures existente em 31 de dezembro de 2020 e quitada durante o ano fiscal de 2021, a Companhia compromete-se com *covenants* financeiros estabelecidos com o intuito de garantir o controle do endividamento da Companhia em função do caixa operacional gerado e a capacidade da Companhia em honrar o pagamento de suas dívidas. Os *covenant*s e suas metas foram estabelecidos pelos próprios agentes financiadores dentro de condições normais de mercado, conforme nota explicativa nº18.

A Companhia monitora continuamente a evolução e a projeção dos *covenants* estabelecidos para avaliar a necessidade de revisões de orçamento e estabelecimento de planos de contenção de custos e despesas.

### Estimativa de valor justo

Conforme o CPC 40 (R1), "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

### Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos, emitir novas ações ou reduzir capital.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A Companhia adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total de passivos circulante e não circulante, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa.

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser apresentado conforme demonstrado abaixo:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Total do passivo circulante e não circulante	209.637	228.874
(-) Caixa e equivalente de caixa	(73.093)	(66.059)
<b>Dívida líquida</b>	<b>136.544</b>	<b>162.815</b>
Patrimônio líquido	125.673	101.674
<b>Quociente de alavancagem</b>	<b>92%</b>	<b>62%</b>

**Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga**  
 Notas explicativas às demonstrações financeiras  
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Valor justo dos instrumentos financeiros**

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia do valor justo	Categoria	2022		2021	
			Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros:</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	VJR	73.093	73.093	66.059	66.059
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	VJR	279	279	312	312
Contas a receber		Custo amortizado	87.945	87.945	75.872	75.872
Ativo financeiro		Custo amortizado	15.751	15.751	21.286	21.286
Outras contas a receber		Custo amortizado	2.741	2.741	3.485	3.485
<b>Total</b>			<b>179.809</b>	<b>179.809</b>	<b>167.014</b>	<b>167.014</b>
<b>Passivos financeiros:</b>						
Fornecedores e outras contas a pagar		Custo amortizado	50.677	50.677	57.855	57.855
Empréstimos e financiamentos		Custo amortizado	58.730	58.730	65.071	65.071
Dividendos a pagar		Custo amortizado	16.414	16.414	19.850	19.850
Passivo de arrendamento		Custo amortizado	16.621	16.621	24.368	24.368
<b>Total</b>			<b>142.442</b>	<b>142.442</b>	<b>167.144</b>	<b>167.144</b>

Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para esses ativos e passivos.

**Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

**Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

**Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

**Nível 3** – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir: Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo

**Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga**  
Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

corresponde ao seu valor contábil.

O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

**Hierarquia de valor justo**

O método de avaliação adotado pela Companhia na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2, exceto caixa e equivalentes de caixa.

**9 Aspectos ambientais**

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Companhia não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

**10 Caixa e equivalentes de caixa**

São compostos como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	59	252
Certificado de depósito bancário (CDB)	73.034	65.807
	<b>73.093</b>	<b>66.059</b>

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média de 95,50% em 2022 (50,80% em 2021) do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez são divulgadas na nota explicativa nº8.

**11 Contas a receber de clientes**

As contas a receber são compostos como seguem:

	2022	2021
<b>Prefeitura Municipal de São Paulo:</b>		
Valores faturados	13.575	9.493
Medições a faturar	74.343	66.362
	<b>87.918</b>	<b>75.855</b>
<b>Clientes privados:</b>		
Valores faturados – venda de sucata	8	17
	<b>8</b>	<b>17</b>
Partes relacionadas – Nota 24	19	= -
<b>Total</b>	<b>87.945</b>	<b>75.872</b>
		=
Circulante	87.890	65.383
Não circulante	55	10.489

A exposição ao risco de crédito da Companhia está limitada ao valor das contas a receber mencionadas acima.

**Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga**  
 Notas explicativas às demonstrações financeiras  
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O *aging list* das contas a receber é composto como segue:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Valores a vencer	87.881	65.388
Vencidos:		
Até 30 dias	4	-
Entre 31 e 60 dias	5	-
Acima de 360 dias (a)	55	10.484
	<b>87.945</b>	<b>75.872</b>

(a) O saldo acima de 360 dias refere-se a serviços extracontratuais realizados à Prefeitura de São Paulo, que ocorreram nos períodos de 2007, 2009 e 2013, a Companhia não constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa para esses títulos devido ao estágio de negociação junto a contraparte. O valor originou-se do atendimento da solicitação feita pelo poder concedente em outubro de 2004 para a realização da coleta de indivisíveis (resíduos de varrição de vias públicas), quando o objeto do contrato de concessão firmado abrangia os serviços divisíveis. Conforme as cláusulas 11.8, 11.9 e 11.10 a Concessionária deveria ser remunerada pela prestação de tal serviço, o que não ocorreu de forma integral, resultando no processo administrativo aberto pela LOGA no ano de 2013. A Companhia realizou a baixa contábil do valor em razão do julgamento da ação de cobrança nº 0016151-28.2013.8.26.0053 em desfavor aos interesses da LOGA..

## 12 Impostos a recuperar

São compostos como segue:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
INSS	2.402	1.894
PIS, COFINS e CSLL	2.568	3.686
IRPJ	51	436
Outros impostos	7	5
	<b>5.028</b>	<b>6.021</b>
Circulante	5.028	6.021
Não circulante	-	-

## 13 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são compostos como seguem:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Depósito judicial	21.491	19.820
Compensação de depósitos com provisões contingências correlatas	-	(4.985)
Outros	301	419
	<b>21.792</b>	<b>15.254</b>

**Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga**  
Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**14 Imposto de renda e contribuição social**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possuía registrado ativos e passivos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos relacionados com diferenças temporárias representadas por provisões não dedutíveis e lucros não realizados oriundos de valores a receber da municipalidade, conforme permitido pela Legislação do Imposto de Renda. A composição desses diferidos é como segue:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos	(19.873)	(16.504)
Provisões contingências	16.822	15.552
Provisão de participações no resultado	2.604	3.651
IFRS 16	1.222	1.282
Provisão para baixa em estoque	42	42
Benefícios pós emprego	310	1.234
Provisão conscientização população	= 116	52
Outros	784	-
<b>Total</b>	<b>2.027</b>	<b>5.309</b>
Alíquotas - 34%	34	34
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos</b>	<b>689</b>	<b>1.805</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	689	1.805

**Reconciliação da taxa efetiva**

A reconciliação da provisão para Imposto de Renda e contribuição social, tendo como base as alíquotas vigentes e o débito efetivo reconhecido no resultado, é como segue:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Lucro antes dos impostos e das participações no resultado	152.515	112.805
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Despesa esperada com imposto de renda e contribuição social	<b>(51.855)</b>	<b>(38.354)</b>
Incentivos	2.464	1.813
<b>Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:</b>		
Brindes/multas indedutíveis	(14)	(7)
Bônus/doações/patrocínios	(602)	(474)
Gratificação a Administradores	(675)	(342)
Atualização monetária	1.609	-
Ajuste de inventário	(16)	(5)
Baixas de Créditos por Prescrição	-	(283)
Outras diferenças permanentes	(887)	105
Perda por inadimplência	(103)	-
Ajustes relativos a tributos dos exercícios anteriores	(480)	-
<b>Provisão para imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(50.559)</b>	<b>(37.547)</b>
Corrente	(49.443)	(37.184)
Diferido	(1.116)	(363)
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>33,15%</b>	<b>33,28%</b>

**Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga**  
 Notas explicativas às demonstrações financeiras  
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**15 Imobilizado**

O saldo é composto como segue:

	Taxa média anual - %	31/12/2022			31/12/2021
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos		24.266	-	24.266	24.266
Benfeitorias em bens de terceiros	20%	3.482	(87)	3.395	3.395
Máquinas e equipamentos	10%	17.667	(10.997)	6.670	5.826
Veículos e equipamentos	20%	107.840	(54.322)	53.518	65.923
Móveis e utensílios	10%	1.560	(846)	714	776
Equipamentos de informática	20%	5.255	(3.702)	1.553	1.471
Imobilizado em andamento		16.022	-	16.022	1.461
Redução de imparidade		(736)	-	(736)	-
		<b>175.356</b>	<b>(69.954)</b>	<b>105.402</b>	<b>103.118</b>

As mutações do imobilizado de 2022 estão demonstradas conforme a seguir:

Custo	31/12/2022				31/12/2021
	Saldo em	Adição	(-) Baixa	Transferência	Saldo em
Terreno	24.266	-	-	-	24.266
Benfeitorias em bens de terceiros	3.482	-	-	-	3.482
Máquinas e equipamentos	14.939	2.749	(37)	16	17.667
Móveis e utensílios	1.490	70	-	-	1.560
Equipamentos de informática	4.637	681	(63)	-	5.255
Veículos e equipamentos	122.277	2.519	(18.129)	1.173	107.840
Imobilizado em andamento (a)	2.197	15.014	-	(1.189)	16.022
Redução de imparidade	(736)	-	-	-	(736)
	<b>172.552</b>	<b>21.033</b>	<b>(18.229)</b>	<b>-</b>	<b>175.356</b>

  

Depreciação	31/12/2022				31/12/2021
	Saldo em	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	Saldo em
Benfeitorias em bens de terceiros	(87)	-	-	-	(87)
Máquinas e equipamentos	(9.113)	(1.917)	33	-	(10.997)
Móveis e utensílios	(714)	(132)	-	-	(846)
Equipamentos de informática	(3.166)	(596)	60	-	(3.702)
Veículos e equipamentos	(56.354)	(16.097)	18.129	-	(54.322)
	<b>(69.434)</b>	<b>(18.742)</b>	<b>18.222</b>	<b>-</b>	<b>(69.954)</b>
<b>Total</b>	<b>103.118</b>	<b>2.291</b>	<b>(7)</b>	<b>-</b>	<b>105.402</b>

(a) Refere-se principalmente a obra civil e projetos em geral.

**Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga**  
Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As mutações do imobilizado de 2021 estão demonstradas conforme a seguir:

<b>Custo</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>Adição</b>	<b>(-) Baixa</b>	<b>Transferência</b>	<b>Saldo em 31/12/2021</b>
Terrenos	24.266	-	-	-	24.266
Benfeitorias em bens de terceiros	3.482	-	-	-	3.482
Máquinas e equipamentos	13.949	1.086	(96)	-	14.939
Móveis e utensílios	1.226	266	(2)	-	1.490
Equipamentos de informática	4.151	520	(34)	-	4.637
Veículos e equipamentos	90.183	33.967	(1.873)	-	122.277
Imobilizado em andamento	315	1.882	-	-	2.197
Redução de imparidade	-	-	-	(736)	(736)
	<b>137.572</b>	<b>37.721</b>	<b>(2.005)</b>	<b>(736)</b>	<b>172.552</b>

  

<b>Depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>Depreciação</b>	<b>(-) Baixa</b>	<b>Transferência</b>	<b>Saldo em 31/12/2021</b>
	=	=	=	=	=
Benfeitorias em bens de terceiros	-	(87)	-	-	(87)
Máquinas e equipamentos	(7.145)	(2.060)	92	-	(9.113)
Móveis e utensílios	(598)	(117)	1	-	(714)
Equipamentos de informática	(2.654)	(540)	28	-	(3.166)
Veículos e equipamentos	(44.897)	(13.330)	1.873	-	(56.354)
	<b>= (55.294)</b>	<b>= (16.134)</b>	<b>= 1.994</b>	<b>= -</b>	<b>(69.434)</b>
<b>Total</b>	<b>82.278</b>	<b>21.587</b>	<b>(11)</b>	<b>(736)</b>	<b>103.118</b>

**Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Impairment)**

Em 2022 e 2021, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas e não identificou qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável.

**16 Direito de uso – arrendamento**

O saldo é composto como segue:

<b>Ativo subjacente</b>	<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>Remensuração</b>	<b>Adição</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Baixa</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>
Aluguel de imóvel comercial	4.210	456	-	(2.280)	-	2.386
Aluguel de veículos pesados	18.702	1.539	-	(7.449)	-	12.792
<b>Total</b>	<b>22.912</b>	<b>1.995</b>	<b>-</b>	<b>(9.729)</b>	<b>-</b>	<b>15.178</b>

  

<b>Ativo subjacente</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>Remensuração</b>	<b>Adição</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Baixa</b>	<b>Saldo em 31/12/2021</b>
Aluguel de imóvel comercial	5.687	-	557	(2.034)	-	4.210
Aluguel de veículos pesados	3.280	-	24.099	(8.456)	(221)	18.702
<b>Total</b>	<b>8.967</b>	<b>-</b>	<b>24.656</b>	<b>(10.490)</b>	<b>(221)</b>	<b>22.912</b>

**Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga**  
 Notas explicativas às demonstrações financeiras  
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**17 Fornecedores**

O saldo é composto como segue:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Fornecedores	14.254	25.089
Partes relacionadas – nota 24	31.959	28.599
	<b>46.213</b>	<b>53.688</b>
Circulante	46.213	45.457
Não circulante	-	8.231

**18 Debêntures**

Em 15 de maio de 2015, a Companhia emitiu em série única 50 debêntures simples nominativas, no valor un R\$1.000, totalizando uma captação de R\$50.000. Tais debêntures foram de espécie quirografária, não convers ações, com garantia adicional real fidejussória, sem emissão de cautelas ou certificados. As debênture colocadas com esforços restritos pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, coordena da emissão.

As debêntures eram remuneradas a taxa de 100% das taxas médias diárias dos depósitos Interfinanceiros – DI, divulgado pela CETIP, acrescidas de uma sobretaxa equivalente de 3% ao ano.

A Companhia fez quitação do saldo da dívida liquidando totalmente a operação em 4 parcelas trimestrais no ano de 2021.

Segue abaixo movimentação no exercício de 2021:

	<b>2020</b>	<b>Juros</b>	<b>Pagamento de juros</b>	<b>Pagamento de principal</b>	<b>2021</b>
Debêntures	12.526	452	(478)	(12.500)	-

**19 Empréstimos e financiamentos**

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como seguem:

<b>Modalidade</b>	<b>Encargos financeiros - %</b>	<b>Vencimento</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Finame	Pré-fixado de 4,70% a.a.	Set/26 a Dez/26	33.001	27.666
CEF	Pré-fixado 3,50% a.a.	dez/23	1.076	2.115
Capital de giro	CDI 2,81% a.a.	jul/23	-	2.290
CDC	Pré-fixado de 8,47% a 9,51% a.a. CDI ACT360 + 3,80% a.a.	Out/24 a Dez/25	24.653	33.000
			<b>58.730</b>	<b>65.071</b>
Circulante			23.951	17.459
Não circulante			34.779	47.612

**Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimento	2022	2021
2023	-	18.368
2024	19.010	17.071
2025	9.221	7.177
2026	6.548	4.996
	<b>34.779</b>	<b>47.612</b>

**Garantias**

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, na modalidade FINAME, estão garantidos por veículos no valor contábil de R\$33.001 em 2022 (R\$27.666 em 2021).

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, na modalidade BNDES (também CEF – FINISA), estão garantidos por fiança bancária no valor de R\$1.076 em 2022 (R\$2.115 em 2021). Os empréstimos e financiamentos da Companhia não possuem cláusulas restritivas de contrato (*covenants*).

**Conciliação da movimentação dos empréstimos e financiamentos**

	Saldo em 31/12/2021	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	Variação monetária	Saldo em 31/12/2022
Finame/Finep	27.666	6.741	5.501	(1.612)	(5.322)	27	33.001
CEF	2.115	-	57	(56)	(1.040)	-	1.076
Capital de Giro	2.290	-	144	(162)	(2.272)	-	-
Crédito direto ao consumidor	33.000	1.200	2.290	(2.320)	(9.517)	-	24.653
	<b>65.071</b>	<b>7.941</b>	<b>7.992</b>	<b>(4.150)</b>	<b>(18.151)</b>	<b>27</b>	<b>58.730</b>

	Saldo em 31/12/2020	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	Variação monetária	Saldo em 31/12/2021
Finame/Finep	-	27.180	602	(116)	-	-	27.666
BNDES, BRDE, CEF, BNB e BDMG	4.965	-	160	(169)	(2.841)	-	2.115
Capital de Giro	5.870	-	251	(204)	(3.627)	-	2.290
Crédito direto ao consumidor	41.232	-	3.136	(3.151)	(8.217)	-	33.000
	<b>52.067</b>	<b>27.180</b>	<b>4.149</b>	<b>(3.640)</b>	<b>(14.685)</b>	<b>-</b>	<b>65.071</b>

**20 Passivo de arrendamento**

O passivo de arrendamento é representado como segue:

	Taxa de desconto	Vencimento	2022	2021
Arrendamento mercantil	6,37% a.a.	Nov./39	16.621	24.368
			<b>16.621</b>	<b>24.368</b>
Circulante			10.067	9.215
Não circulante			6.554	15.153

Movimentação do passivo de arrendamento:

	Saldo em 31/12/2021	Remensuração	Adição	Apropriação de juros	Pagamento principal	Pagamento Juros	Saldo em 31/12/2022
Arrendamento mercantil	24.368	1.995	-	1.715	(9.741)	(1.716)	16.621
	<b>24.368</b>	<b>1.995</b>	<b>-</b>	<b>1.715</b>	<b>(9.741)</b>	<b>(1.716)</b>	<b>16.621</b>

	Saldo em 31/12/2020	Adição	Apropriação de juros	Pagamento principal	Pagamento Juros	Baixa	Saldo em 31/12/2021
Arrendamento mercantil	9.635	24.656	2.590	(9.688)	(2.590)	(235)	24.368
	<b>9.635</b>	<b>24.656</b>	<b>2.590</b>	<b>(9.688)</b>	<b>(2.590)</b>	<b>(235)</b>	<b>24.368</b>

**Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga**  
Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Vencimento</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
2022	-	9.215
2023	10.067	9.208
2024	6.554	5.945
	<b>16.621</b>	<b>24.368</b>

## 21 Salários, benefícios e encargos sociais

São compostos como segue:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Salários	5.672	5.225
Encargos trabalhistas	4.255	3.600
Férias	15.132	13.561
Participação nos resultados	2.604	3.651
Benefícios	3.076	3.266
Outros	30	268
	<b>30.769</b>	<b>29.571</b>

### Benefício de previdência privada

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os custos incorridos com a manutenção do plano somaram R\$71 (R\$309 em 2021), os quais foram reconhecidos diretamente no resultado.

## 22 Impostos, taxas e contribuições

São compostos como segue:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
ISS	3.717	3.250
PIS	521	910
COFINS	4.562	4.193
ICMS	35	101
IRRF	804	507
ISS Retido	973	386
IRPJ/CSLL	8.383	6.446
Outros	63	66
	<b>19.058</b>	<b>15.859</b>

## 23 Provisões

São compostos como segue:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (a)	16.822	10.567
Provisão para obrigações contratuais futuras	546	52
	<b>17.368</b>	<b>10.619</b>

### a. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos cíveis e trabalhistas.

Em 2022, a provisão perfaz o montante de R\$16.822 (R\$10.567 em 2021), o qual, conforme a Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Os processos judiciais da Companhia em 31 de dezembro de 2022, passíveis de provisão, são como seguem:

=

=

**Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga**  
Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Cível</b>	<b>Trabalhista</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>1.466</b>	<b>8.565</b>	<b>10.031</b>
Compensação de depósitos judiciais - 2020	4.840	253	5.093
Adições	2.740	3.235	5.975
Reversões	(1.443)	(1.470)	(2.913)
Pagamentos	(225)	(2.409)	(2.634)
<b>Total sem compensação judicial</b>	<b>7.378</b>	<b>8.174</b>	<b>15.552</b>
Depósitos judiciais	(4.737)	(248)	(4.985)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>2.641</b>	<b>7.926</b>	<b>10.567</b>
Compensação de depósitos judiciais - 2021	4.737	248	4.985
Adições	5.154	7.622	12.776
Reversões	(3.269)	(3.654)	(6.923)
Pagamentos	(2.042)	(2.541)	(4.583)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>7.221</b>	<b>9.601</b>	<b>16.822</b>

Em 31 de dezembro de 2022, além das demandas provisionadas devido à estimativa de perdas prováveis, o montante correspondente a outros processos movidos contra a Companhia com prognóstico estimado de perda possível, além dos processos a seguir divulgados, totaliza R\$25.006 (R\$35.370 em 2021), os principais processos com estimativa de perdas possível referem-se substancialmente às ações cíveis públicas e execuções fiscais e estão descritos abaixo:

Empresa	Número do Processo	Tipo de Objeto	Valor
Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga	Ação indenizatória Nº 15758.720024/2021-36	Trata-se glosa de créditos de PIS e Cofins por suposta divergência de créditos na EFD referente ao ano de 2016.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$19.874
Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga	Ação indenizatória Nº 15746.722800/2021-71	PIS e COFINS apurados no ano calendário 2017. Questionamentos relacionados aos créditos.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$5.132

## 24 Partes relacionadas

### a. Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia creditou a seus administradores, salários, benefícios e remuneração variável no montante de R\$8.237 (R\$5.964 em 2021).

### b. Outras transações com partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar e as transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são demonstrados como seguem:

	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesa)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
<b>Serviços prestados e outros:</b>						
Solvi Participações S.A.	-	-	-	142	-	(4.146)
Solvi Essencis Ambiental S.A.	19	-	31.789	28.428	(177.641)	(139.260)
GRI Koleta	-	-	170	29	(947)	(68)
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>-</b>	<b>31.959</b>	<b>28.599</b>	<b>(178.588)</b>	<b>(143.474)</b>
Circulante	19	-	31.959	28.599		
Não circulante	-	-	-	-		
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>-</b>	<b>31.959</b>	<b>28.599</b>		

As contas a pagar para a Solvi Essencis Ambiental S.A. (controlada direta da Solvi Participações S.A.) referem-se aos serviços operacionais referentes à disposição dos resíduos coletados pela Companhia no aterro de Caieiras, pertencente à parte relacionada.

As transações entre partes relacionadas incluem prestação de serviços pertinentes à atividade operacional das entidades, cujos preços e condições comerciais são estabelecidos entre as partes.

**Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga**  
Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**25 Patrimônio líquido**

**a. Capital social**

Em 14 de julho de 2022, a Companhia integralizou através da incorporação de reservas de lucros o montante de R\$3.763 a rubrica de capital social a integralizar. Em 22 de abril de 2021, a Companhia fez o capital social integralizado através de reservas de lucros em R\$10.152 sem aumento de capital social subscrito.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia, totalmente subscrito é de R\$ 60.650 (R\$ 60.650 em 2021), dividido em R\$ 60.650 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo que encontra-se integralizado o valor de R\$48.172 (R\$44.409 em 2021), e o montante de R\$12.478 (R\$16.241 em 2021), encontra-se em capital social a integralizar.

**b. Reserva de lucros**

**(i) Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

**(ii) Reserva de retenção de lucros**

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e Lei nº 11.638/07.

**c. Outros Resultados Abrangentes**

O valor de R\$ 26 (R\$94 em 2021) refere-se a provisão relacionada a Benefício Pós Emprego.

**d. Dividendos**

O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido do exercício, ressalvadas as hipóteses previstas em lei, efetuada “*ad referendum*” da Assembleia Geral. Em 2022, foi aprovado em assembleia à título de dividendos o montante de R\$77.837 (R\$47.190 em 2021, deduzida saldo da conta de reserva de lucros no montante de R\$1.239), conforme quadro abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	101.956	75.258
Reserva legal - 5%	5.098	3.763
<b>Base para distribuição mínima</b>	<b>96.858</b>	<b>71.495</b>
% dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
<b>Dividendos mínimos propostos</b>	<b>24.215</b>	<b>17.874</b>
(-) Juros s/Capital próprio	-	(1.240)
<b>Total de dividendos distribuídos</b>	<b>24.215</b>	<b>16.634</b>
Dividendos adicionais propostos 2021 e 2022 (a)	53.622	30.556
<b>Total</b>	<b>77.837</b>	<b>47.190</b>

- (a) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de outubro de 2022 e 14 de julho de 2022, foi deliberado a distribuição de dividendos no valor de R\$32.263 e R\$20.359, respectivamente. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de abril de 2021, foi deliberado a distribuição de dividendos no valor de R\$30.556.

**Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga**  
 Notas explicativas às demonstrações financeiras  
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**26 Receita operacional líquida**

São compostos como segue:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Receita de resíduos	796.695	677.191
Vendas de sucatas	198	139
<b>Total receita bruta</b>	<b>796.893</b>	<b>677.330</b>
<i>Deduções sobre as vendas:</i>		
ISS	(40.220)	(34.179)
PIS	(12.478)	(11.304)
COFINS	(60.975)	(51.963)
<b>Total de deduções sobre vendas</b>	<b>(113.673)</b>	<b>(97.446)</b>

**27 Custo de serviços prestados**

São compostos como segue:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Salários e encargos	(178.025)	(156.156)
Aluguel	(15.369)	(14.343)
Depreciações	(28.115)	(26.112)
Materiais aplicados nos serviços	(73.782)	(57.074)
Serviços de terceiros (a)	(182.655)	(161.279)
Créditos fiscais (b)	29.381	26.418
Outorga de ônus de concessão	(39.899)	(35.184)
Energia elétrica	(5.370)	(4.659)
Licenças e taxas	(17)	-
Outros custos de produção	(5.756)	(1.961)
	<b>(499.607)</b>	<b>(430.350)</b>

(a) As principais naturezas em serviços de terceiros são referentes a manutenção de veículos, transportes de resíduos, destinação de aterro e serviços de incineração.

(b) As principais naturezas relativas aos créditos fiscais são de PIS e COFINS.

**28 Despesas comerciais**

São compostas como seguem:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	(302)	-
Patrocínios, brindes e doações	-	(90)
Propaganda e publicidade	(3.329)	(3.358)
Outros	(127)	(98)
	<b>(3.758)</b>	<b>(3.546)</b>

**29 Despesas administrativas**

São compostos como segue:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Remuneração direta mão de obra	(8.993)	(10.002)
INSS	(1.641)	(1.607)
Benefícios	(1.665)	(1.571)
FGTS	(390)	(390)
Aluguéis	(66)	(19)
Depreciação	(650)	(601)
Materiais	(173)	(174)
Serviços de Terceiros (a)	(8.004)	(5.545)
Tributos, seguros e contribuições	(644)	(655)
Viagens e estadias	(94)	(82)
Despesas serviços compartilhados	(4.580)	(4.146)
Outros	(520)	(453)
	<b>(27.420)</b>	<b>(25.245)</b>

(a) Refere-se principalmente a assessoria técnica no valor de R\$2.952 (R\$1.464 em 2021) e honorários advocatícios R\$2.879 (R\$2.110 em 2021).

**Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga**  
Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**30 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

São compostas como seguem:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Outras receitas (despesas) eventuais	(4.162)	6.287
Pis e COFINS sobre outras receitas	(2.018)	(153)
Resultado venda de imobilizado	8.058	538
Despesas e provisões contingenciais	(5.856)	(3.101)
Patrocínio e doações	(1.771)	(1.305)
Multa contratual	(31)	(5.049)
<b>Total</b>	<b>(5.780)</b>	<b>(2.783)</b>

**31 Receitas e despesas financeiras**

São compostos como segue:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Rendimentos sobre aplicações financeiras	5.751	959
Correção de depósitos judiciais	2.076	191
Juros recebidos e descontos obtidos	4.042	1.410
Outras receitas financeiras	4.737	-
<b>Total receitas financeiras</b>	<b>16.606</b>	<b>2.560</b>
Variação monetária	(29)	-
Despesas bancárias	(470)	(460)
Despesas com juros passivo de arrendamento	(1.715)	(2.590)
Despesas com multas e moras financeiras	(54)	(20)
Tributos sobre movimentações financeiras	(366)	-
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(7.992)	(4.601)
Outros	(120)	(44)
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(10.746)</b>	<b>(7.715)</b>
<b>Total</b>	<b>5.860</b>	<b>(5.155)</b>

**32 Cobertura de seguros**

Durante o período de concessão, compete à Concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme prazos previstos: seguro de danos materiais para danos relativos à propriedade, que cobre todos os bens que integram a concessão e seguro de responsabilidade civil, cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente pelos montantes que possam ser responsabilizados a título de danos, indenizações, custas processuais e outros resultantes do desenvolvimento das atividades pertinentes à concessão.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as apólices contratadas pela Companhia são compostas da seguinte maneira:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Seguro patrimonial	52.838	46.000
Responsabilidade civil geral	10.000	10.000
Responsabilidade civil ambiental	30.000	30.000
	<b>92.838</b>	<b>86.000</b>

**33 Contrato de concessão**

Através do Contrato de Concessão a Companhia presta serviços divisíveis de limpeza urbana na região noroeste da cidade de São Paulo/SP, sendo o período de concessão de 20 anos a partir de outubro de 2004, renovável por mais de 20 anos e tem reajuste anual da tarifa com base em fórmula paramétrica estipulada em contrato e composta de diversos índices do setor. A cada 5 anos o contrato prevê a realização de revisão ordinária das tarifas praticadas de modo a manter sua fidelização à equação econômico-financeira inicial do Contrato.

Terrenos, estruturas e construções bem como todos os contêineres utilizados para a execução do objeto da concessão são bens reversíveis e os demais ativos poderão ser revertidos conforme repactuação contratual.

## Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais obrigações contratuais são modernização do transbordo Ponte Pequena; construção de novo transbordo; implantação de aterro sanitário e estação de tratamento de efluentes; construção de usina de compostagem; construção de centrais de triagem; construção de central de tratamento de resíduos de serviços de saúde; implantação de coleta mecanizada; encerramento do aterro sanitário Bandeirantes; revegetação do aterro sanitário Vila Albertina e renovação de frota de veículos a cada 5 anos.

### a. Ativo financeiro

A Companhia reconhece um ativo financeiro à medida que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelo serviço de construção. O concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento.

A receita reconhecida com relação à construção em 2022 e 2021 representa o valor justo do serviço prestado na construção da infraestrutura para prestação dos serviços.

A Companhia registrou ativos financeiros conforme detalhamento abaixo:

	<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>31 de dezembro de 2021</b>
Transbordo	4.015	6.432
Edificações	324	324
Benfeitorias	1.520	1.520
Contêineres	4.109	4.808
Centros de triagem	2.099	3.268
RSSS Unid. Treinamentos	3.506	5.616
Tr. Anhanguera	2.370	3.662
Col. Mecanizada	71	71
Ajuste a valor presente	(2.263)	(4.415)
=	<b>15.751</b>	<b>21.286</b>
Circulante	5.824	5.824
Não circulante	9.927	15.462

O ativo financeiro no montante de R\$15.751 em 2022 (R\$21.286 em 2021) refere-se à infraestrutura que vem sendo construída ou adquirida pela Companhia e que será reversível ao Poder Concedente, ao término do contrato de concessão. Conforme contrato, a Companhia vem sendo remunerada por esses investimentos.